



GT 40. Etnografia e documentos

Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

Sessão 1

Debatedor/a: Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

Sessão 3

Debatedor/a: Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOUR, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

Problemas na pesquisa sobre escrita popular: o espólio de Carolina Maria de Jesus

Autoria: José Ignacio Monteagudo Robledo (UNED)

O estudo das culturas e das sociedades através dos documentos produzidos pelas classes populares tem uma longa tradição no Ocidente, estimulado pelo desenvolvimento de disciplinas como a linguística, a história, a sociologia e a antropologia. O interesse pela conservação da escrita popular ultrapassou o domínio acadêmico a partir da iniciativa da sociedade civil foram criados diversos centros documentais para preservar cartas, cadernos, diários, cadernos de contabilidade e outros documentos produzidos por pessoas pouco alfabetizadas. Apesar da responsabilidade dos Estados e dos organismos internacionais na proteção pública dos bens patrimoniais, a maior parte desses acervos continua em mãos da iniciativa privada, ou sob a custódia de instituições não especializadas, colocando em risco a conservação dos documentos e dificultando o acesso aos pesquisadores. O caso do espólio da escritora popular Carolina Maria de Jesus concentra de forma aguda uma problemática que merece uma aproximação etnográfica em perspectiva comparada. Neste work se apresentam os avanços de uma pesquisa que tem como objetivo tentar conhecer como foram e são usados os cadernos de Carolina desde sua produção, em meados do século passado, até o presente, relacionando as distintas intervenções materiais (gráficas, arquivísticas) nos documentos com os processos de mediação que afetaram os escritos, desde sua produção à publicação. Um primeiro questionamento surge



do seguinte paradoxo: por um lado, a figura de Carolina Maria de Jesus experimenta atualmente um reconhecimento literário e cultural enorme, mas ao mesmo tempo o acesso a sua obra só é possível através de edições parciais e pouco respeitadas com os documentos originais, os quais têm recebido um tratamento bem diferente dos manuscritos de outros autores. De fato, o espólio, composto por 56 cadernos manuscritos, além de outros materiais, está disperso em meia dúzia de instituições custodiadoras, algumas das quais sem condições suficientes de preservação documental. O marco teórico e metodológico apoia-se na antropologia da comunicação e na etnografia da cultura escrita, com uma orientação necessariamente interdisciplinar que inclui tanto a análise do discurso quanto a observação e as entrevistas com os agentes implicados.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: